

# Detalhe de Oferta de Emprego

**Código da Oferta:** OE202002/0687

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal para Cargos de Direção

**Estado:** Activa

**Nível Orgânico:** Outros

**Organismo:** Procuradoria Geral da República

**Regime:** Cargos não inseridos em carreiras

**Cargo:** Direcção Intermédia de 2º grau

**Área de Actuação:** Divisão de Apoio Jurídico e Cooperação Judiciária.

**Remuneração:** 2613,84

**Suplemento Mensal:** 195.36 EUR

**Conteúdo Funcional:** Artigo 18.º do Decreto-Lei nº 333/99, de 20 de agosto, conjugado com as atribuições que competem aos cargos de direcção intermédia de 2º grau, previstas no nº 2 do artigo 8º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação:** Direito

**Perfil:** 1 - Conhecimentos e experiência profissional demonstrada pelo serviço efetivo de funções na área do direito e no exercício de cargos dirigentes; competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção e coordenação, mobilizando os colaboradores para os objetivos do serviço e da organização; capacidade de análise da informação e sentido crítico, inovação na procura de soluções, no âmbito das atividades funcionais; motivação e interesse para o exercício de funções dirigentes na área de atuação do cargo a prover; capacidade para comunicar e argumentar com clareza, precisão e assertividade, orientando a sua atividade de acordo com os valores éticos e deontológicos do serviço público.

2 - Formação profissional comprovada na área funcional do cargo a prover relacionadas com a respetiva área de atuação, designadamente, cursos, estágios, seminários encontros, jornadas, simpósios, colóquios

Avaliação curricular;

**Métodos de Selecção a Utilizar:** Entrevista pública

**Composição do Júri:** Presidente: Mestre Rui Nuno Almeida Dias Fernandes, Secretário-Adjunto da Procuradoria-Geral da República;  
Vogal: Dr. Rogério Paulo Martins Pereira, Administrador do Supremo Tribunal Administrativo;  
Vogal: Professor Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto - Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, da Universidade de Lisboa.

## Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Procuradoria Geral da República	1	Rua da Escola Politécnica, n.º 140	Lisboa	1269269 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho:** 1

**Requisitos Legais de Provedimento:** A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

**Requisitos de Nacionalidade:** Não

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** Diário da República n.º 38, 2.ª série, de 24/02/2020

## Apresentação de Candidaturas

**Local:** Procuradoria-Geral da República, Rua da Escola Politécnica, nº 140, 1269-269.

**Formalização da Candidatura:** As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento elaborado nos termos do artigo 104.º do Código do Procedimento Administrativo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com artigo 24.º do decreto-lei n.º 135/99, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 73/2014, de 13 de maio, dirigido ao Secretário da Procuradoria-Geral da República, por correio registado e com aviso de receção, podendo ser entregue pessoalmente, na Unidade de Administração Geral, Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral da República, sita na Rua da Escola Politécnica, nº 140, 1269-269, no horário das 10h às 12h 30 e das 14h 30 às 17h.

Do requerimento deve constar expressamente o cargo a que se candidata, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Currículo vitae do candidato, datado e assinado, onde constem as funções exercidas e respetivos períodos de duração, bem como os documentos comprovativos dos factos neles alegados;
- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Comprovativos da formação profissional relevante e todas as demais situações suscetíveis de avaliação para o exercício do cargo a prover;
- d) Declaração autenticada dos serviços a que se encontra vinculado onde conste a relação jurídica que detém e a antiguidade na carreira e na função pública, de acordo com os requisitos previstos no n.º1 do artigo 20.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro.

**Contacto:** Fátima Figueiredo-213921986/Ana Maria Mendes - 213921930.

**Data de Publicação** 2020-02-24

**Data Limite:** 2020-03-10

**Observações Gerais:**

#### Admitidos

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

#### Recrutados

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total Portadores Deficiência:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**